BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS - Julho-Agosto de 2007 - ISSN 2175-9103 Nº 35

Boletim Número 35
Data: Julho-Agosto/2007

EDITORIAL

Mantendo o nosso compromisso de manter a periodicidade bimensal do boletim do Programa de Estudos de América Latina e Caribe - PROEALC, encerramos o mês de agosto com a divulgação de mais uma edição, referente aos meses de julho e agosto.

A Equipe do Programa de Estudos de América Latina e Caribe deseja a todos aqueles que se preocupam com nossa América Latina, e fazem da mesma seus objetos de reflexão comprometidos com a transformação do cenário social perverso que atravessamos, que a leitura seja proveitosa no sentido de gerar reflexões sobre estratégias e possibilidades de mudança.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Destaque

Decifra-me ou te devoro: Universidade nova e Ensino à Distância

Isabella Henrique *

No dia 28 de junho o PROEALC, representado pelo seu grupo de estudos em processos políticos, em parceria com a Faculdade de Serviço Social da UERJ e com o apoio dos Centros Acadêmicos de Filosofia, Serviço Social, Ciências Sociais, História, Pedagogia e Economia, organizou o debate "Decifra-me ou te devoro: Universidade Nova e Ensino à Distância", dentro da proposta de realização de um ciclo de debates sobre questões contemporâneas. O objetivo do encontro foi discutir a atual reforma universitária brasileira e os programas nela contidos como o REUNI, o PROUNI, entre outros, tomando como referência o modelo Europeu de Educação Superior e fazendo uma análise das conseqüências sofridas no Brasil e na América Latina.

O debate contou com a participação do Profº Dr. Roberto Leher da UFRJ, da Profª Drª Elaine Rossetti Behring, diretora da Faculdade de Serviço Social da UERJ e com a Profª Drª Silene de Moraes Freire, coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe e professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Esses professores, durante três horas, apresentaram e debateram a Reforma Universitária, para um público de aproximadamente 300 pessoas, entre alunos, professores e pesquisadores, enfatizando os riscos que a educação superior sofre a partir da efetiva implementação desses programas. É visível o crescimento de instituições de ensino superior que não realizam pesquisa e não contribuem, de fato, para o fortalecimento do meio acadêmico.

A grande questão debatida foi a crescente entrada do capital internacional na área educacional, gerando a mercantilização do ensino superior e uma descaracterização do conceito de Universidade Pública, que em essência deveria remeter ao ensino público, gratuito e de comprometimento com a formação do ser humano, com o ensino e a pesquisa. Foi enfatizado no debate a decadência da esfera pública e o crescimento desenfreado de instituições privadas na área da educação, imobilizando a força de ação dos movimentos contra hegemônicos, pró-Universidade.

Uma das conseqüências mais gritantes da efetiva implementação destes programas de Universidade Nova e Ensino à Distância é o empobrecimento da qualificação do profissional,tendo em vista que o tempo de formação será diminuído ao mesmo tempo em que se ampliará a oferta de cursos interdisciplinares, gerando maior contingente de mão-de-obra (desqualificada), que a demanda do mercado não conseguirá absorver.

Partindo de um discurso de ampliação da oferta de cursos e do crescimento do acesso ao ensino superior, podemos observar a universalização da precarização do mesmo. Essa precarização da Universidade Pública é visível e constrangedora, tanto em termos estruturais, físicos, quanto deológicos. A falta de verbas para manutenção, a falta de investimentos em pesquisa e projetos de extensão, a tentativa de aliar-se a instituições privadas através da implantação de programas de auxílio, que estão em comum acordo com a lógica do mercado e negam as diferentes expressões da questão social, refletem o descaso do governo que se eximindo de suas responsabilidades, promove constantes reformas não só na área educacional, mas também na saúde, na previdência, entre outras, que privilegiam o setor privado, o chamado empresariamento da esfera pública.

*Isabella Henrique é graduada em Produção Cultural pela UFF, atua como apoio-técnico em pesquisa no PROEALC.

Em Foco I

Política Externa e Soberania: A estratégia do sim, mas não

10/08/2007
Atilio Borón*

Perante a chegada de Hugo Chávez à Argentina muitos são os observadores que assinalam tratar-se de um "bom amigo" do nosso país. Isso é certo, mas essa qualificação, sem dúvida benévola na sua formulação, é insuficiente porque oculta o facto de que Chávez é um dos mais lúcidos governantes da América Latina e, de longe, aquele que foi ratificado democraticamente como nenhum outro, não só na região como no mundo. Em eleições, convém recordar, sempre supervisionadas por instituições tais como a Organização dos Estados Americanos ou o Centro Carter que nunca objetaram sua impressionante série de vitórias.

Lúcido, dizíamos, porque é consciente como poucos da importância de fomentar a integração econômica e política dos nossos países. Sabe que os grandes centros do capitalismo metropolitano juntam suas forças em esquemas de integração, como a União Européia, que potenciam sua capacidade de pressionar e extorquir o Sul; ou mediante tratados de "livre comércio" onde os Estados Unidos, como centro do império, reorganiza em seu proveito a vida econômica das suas províncias exteriores com a cumplicidade das oligarquias latino-americanas e dos governos de turno.

Chávez sabe muito bem que este processo de progressiva unificação das metrópoles capitalistas, sob a hegemonia incontestada de Washington, para ser eficaz exige manter na sua dispersão e desunião os países da periferia. Daí a insistência em convocar à união dos nossos povos e a absoluta coerência das suas iniciativas políticas continentais – sempre criticadas e até ridicularizadas pela assim chamada "imprensa de referência" e pela opinião "bem pensante" como faraônicas, megalomaníacas, etc – com esta idéia central. Lamentavelmente, Chávez encontra poucos acompanhantes do seu porte entre os governantes da região. Se Bolívar comprovou, no final da sua vida, contemplando horrorizado o panorama de guerras civis e governos em decomposição que o cercavam, que havia "arado no mar", até que ponto Chávez não estará a "arar no mar"? Pergunta que se justifica quando se observa que as suas principais iniciativas de integração, como o Banco do Sul ou o Gasoduto do Sul, despertam a aprovação retórica dos governantes do Mercosul mas estes a seguir remetem o assunto aos "organismos técnicos" dos seus respectivos governos onde uma legião de tecnocratas neoliberais (habitualmente ex ou futuros consultores ou funcionários do Banco Mundial ou do FMI) encarregam-se de erguer todos os obstáculos possíveis para demonstrar a inviabilidade "técnica" do projecto.

O pacto diabólico do governo Lula

Sem dúvida o campeão desta estratégia do "sim, mas não", compartilhada pelos países do Mercosul, foi o governo Lula, o qual outrora foi a esperança de milhões dentro e fora do Brasil e hoje é mais uma decepção: sim ao Banco do Sul mas não à sua implementação; sim ao Gasoduto do Sul, mas não a sua construção; sim à Petrosul masnão ainda; sim à entrada da Venezuela no Mercosul mas aí temos um probleminha no Senado. Um Senado, convém recordar, que com ou sem as manobras não santas dos seus operadores políticos jamais foi obstáculo às decisões presidenciais.

Em suma, sempre "sim, mas não". Mais ainda, ao invés de avançar na concretização destas iniciativas Lula selou um "pacto diabólico" – na expressão sintética de João Petro Stédile, líder dos Sem Terra – com Bush para reconverter grande parte da agricultura brasileira à produção do etanol em prejuízo dos alimentos que o seu próprio povonecessita.

Com efeito, quem pode duvidar que é mais importante assegurar o abastecimento de combustíveis para os automóveis que circulam nos Estados Unidos do que tornar realidade a sua promessa de garantir a todos os brasileiros três refeições diárias, como ele prometeu no seu discurso inaugural de 2003? O ignominioso abraço com "o amigo Bush" em São Paulo e o reconhecimento dos múltiplos encantos de "Condy" Rice como uma afrodescendente exemplar constituem um dos capítulos mais ignóbeis disso que um grande intelectual marxista do Brasil, Ruy Mauro Marini, denominou correctamente "o sub-imperialismo brasileiro". Num continente como este, com países sedentos de energia e sobretudo de gás, opor-se de fato ao Gasoduto do Sul revela uma combinação pouco frequente de estupidez e mesquinharia.

Não só a Argentina, prostrada pela actual crise energética que paralisa indústrias e resfria habitações, como todos os membros do Mercosul, além do Chile, se beneficiariam muito da iniciativa do bolivariano. O gás abundante e barato (porque a Venezuela o ofereceria a preços preferenciais, abaixo dos assinalados pelo mercado mundial) seria uma importante contribuição para promover o crescimento económico e o acesso a melhores níveis de vida. Mas como o próprio Chávez admitiu publicamente por ocasião da VI Cúpula Social, que acaba de concluir em Caracas, o Gasoduto do Sul ficou no limbo.

O imperialismo moveu rapidamente suas peças, dentro e fora dos próprios governos de "centro-esquerda" da região, mobilizou as suas falanges jornalísticas que alertaram para os "perigos extremos" que implicaria a dependência dos nossos países em relação ao gás venezuelano (deixaram de mencionar, por exemplo, que a Europa burguesa firmou um acordo semelhante com a própria União Soviética e jamais houve problemas) e o assunto foi arquivado. Chávez deverá esperar um tempo prudente para ver se os seus "sócios" do Mercosul reagem com elevação e patriotismo, ainda que tenha outras opções: pode vender o gás aos Estados Unidos, a preço de mercado. Seria um negócio altamente rentável e esquecer-se-ia dos seus pusilânimes amigos do Sul, cujas luzes são muito curtas e não lhes permitem sequer ver o que é evidente.

Mas o presidente venezuelano é um homem fiel à tradição de Simón Bolívar e certamente esperará pacientemente que os governos do Mercosul façam o seu processo e, eventualmente, embarquem no projecto. O problema é que se trata de uma iniciativa estratégica, demasiado importante porque significaria um reforço da autonomia nacional dos nossos países, o fortalecimento do setor público e uma diminuição da nossa dependência das grandes transnacionais, tudo o que é inaceitável para as classes dominantes dos países da região e, naturalmente, para a Casa Branca.

E nossos governos, sempre surdos para ouvir as reclamações do povo, têm um ouvido finíssimo na hora de escutar os murmúrios dos ricos e poderosos, de dentro e de fora.

Enfim, uma triste história que está a ponto de repetir-se com o Banco do Sul, que financiaria os projetos de desenvolvimento que tanto precisam os nossos países. Mas isto desperta as iras do capital financeiro e do seu operador internacional: a Casa Branca. E então a proposta é encaixotada com artimanhas, chicanices e sutilezas técnicas que, no fundo, não podem ocultar a natureza essencialmente política da recusa.

Não importa que o Banco do Sul pudesse proporcionar empréstimos a taxas preferenciais, bem abaixo das que imperam no mercado. Tampouco que viesse a favorecer as empresas nacionais, as PMEs e as agências do nosso deprimido setor público. Mas, ao diminuir a nossa dependência dos abutres, dos jogadores aldrabões e dos "lavadores de dólares" que controlam o sistema financeiro internacional o Banco do Sul converte-se

numa ameaça imperdoável e os senhores do dinheiro ordenaram que a sua concretização fosse adiada sine die.

Chávez está a arar no mar? Talvez sim, se os seus referentes forem os governos da região; mas não quando se leva em conta a crescente projeção do seu exemplo, suas iniciativas e projetos entre os movimentos sociais e as forças populares da região. E serão estes e não aqueles que, mais cedo do que tarde, terão a última palavra.

*Atilio Borón é sociólogo. Professor de Teoria Política e Social na Universidade de Buenos Aires (UBA).
O texto original de Atilio Borón encontra-se em: http://www.resumenlatinoamericano.org
Este artigo foi publicado em http://www.resistir.info/argentina/aboron_09ago07.html

Em Foco II

Entrevista

Diálogo con Frei Betto en Cuba

Autor: Claudia Korol *

En el barrio de Marianao de La Habana, en el Centro Martin Luther King Jr., charlamos con Frei Betto. El fraile dominico brasileño, conocido por su contribución a la teología de la liberación y a la educación popular, viajó a Cuba para participar de las celebraciones del 20 aniversario de este Centro, que muchos veces fue lugar para nuestros encuentros, y para soñar las nuevas posibilidades de las batallas emancipatorias del continente. Fue también en el CentroMartin Luther King, donde compartimos los esfuerzos de imaginar la revista América Libre.

Fue aquí donde nos reunimos con Silvio Rodríguez, invitándolo a participar del acto por los 30 años de la caída del Che, organizado por la revista, en el que Silvio compartió un homenaje sentido junto a Chico Buarque, Daniel Viglietti, Víctor Heredia, y otros artistas populares. Los 20 años del Centro Martin Luther King son entonces el marco de los recuerdos y reflexiones que aquí fuimos compartiendo…

Claudia Korol: Ya se cumplen 22 años de su libro “Fidel y la Religión” ¿Qué significó en su vida y en su fe, conocer a Cuba, y conocer a Fidel?

Frei Betto: En verdad, yo desde muy muchacho tenía admiración por la Revolución Cubana, porque soy de la generación que tenía casi 20 años en los primeros años de la revolución. Una generación que siguió la guerra de Vietnam, los Beatles… Para mí Cuba era un paradigma.

Después que entré en la lucha armada contra la dictadura militar en Brasil, cuando fui preso, escuchábamos en la celda Radio Habana, en Cuba, para saber noticias de Brasil. Teníamos una radio clandestina en la celda, que estaba prohibida, y ahí escuchábamos todas las noches Radio Habana. Acompañamos así la famosa cosecha de las diez mil toneladas, que no llegaron a alcanzarse, pero nosotros hacíamos fuerza por esto. Entonces Cuba era una referencia. Sobre todo porque yo, en mi trabajo revolucionario, he pasado a varios compañeros que han venido a Cuba, que salieron clandestinos por la frontera de Brasil con Argentina y Uruguay. Pero nunca imaginaba la posibilidad de conocer Cuba, de venir a Cuba, hasta que en el 80 conocí a Fidel en el primer aniversario de la Revolución Sandinista en Nicaragua. Tuvimos una larga conversación, intermediada por Miguel D´Escotto, que es cura, amigo mío y amigo de Fidel.

Fidel me invitó a venir a Cuba, pero en ese momento era muy difícil. Vivíamos todavía bajo la dictadura, que en Brasil terminó recién en el 85. Había riesgos. Yo había estado en la cárcel dos veces. Fidel me propuso ayudar a un acercamiento entre Iglesia y Estado en Cuba.

En el año siguiente fui invitado como jurado del premio Casa de las Américas. Fue mi primera visita a este país. Tuve contacto con los obispos, que estuvieron de acuerdo con la propuesta de Fidel, y empecé a venir tres o cuatro veces al año, a ayudar en este proceso que culminó con la entrevista en el 85. Tengo que decir que la entrevista se ha dado en mayo del 85. Yo vine en febrero de nuevo por el premio Casa de las Américas. Y en la última noche, el secretario personal de Fidel –que era Chomi-, me invitó a su casa para una cena. Tuve la intuición de queiba a haber un encuentro con Fidel, por las circunstancias. Había guardias en las casas cercanas.

Fidel efectivamente llegó a las 12 de la noche, y empezamos a hablar hasta las 6 de la mañana. - Yo tenía el vuelo a las 7-. Me impresioné mucho con las cosas que hablamos sobre marxismo y cristianismo, religión y revolución, socialismo y espiritualidad. Me impresioné con las ideas muy heterodoxas que tenía Fidel, comparadas con otros comunistas amigos míos de Brasil y de Europa. Yo diría que eran ideas mucho más revolucionarias. Porque partía de un horizonte político, no de conceptos abstractos.

Yo tenía la intención, en esos años, de escribir un librito para los jóvenes brasileros, presentando el socialismo cubano. Expuse este proyecto a Fidel, y le pregunté si estaba dispuesto a repetir para una entrevista, en el posfacio, estas afirmaciones suyas sobre cristianismo y socialismo. Dijo: “sí, estoy dispuesto, no hay problema. ¿cuándo puedes venir de nuevo?”. “Bueno, en mayo puede ser?” pregunté.

Efectivamente en mayo vine a Cuba, y cuando llegué, al día siguiente comenzó a emitir en La Habana, desde Miami, Radio Martí. Fidel fue completamente absorbido por esta nueva onda, y me dijo que no iba a haber entrevista, porque estaba concentrado en esto. Yo me sentí como el viejo de Hemingway, en “El viejo y el mar”. O voy a pescar ahora a este tiburón, o nunca más.

“Never more”. Insistí mucho, y ante mi insistencia, Fidel me preguntó: “¿qué clase de preguntas me quieres hacer?”. Yo había preparado una lista de 64 preguntas. Leí las cinco primeras, y él dijo: “mañana empezamos”. ¿Cuál es mi impresión de su aceptación? Quizás Fidel esperaba que yo fuese a hacer preguntas muy teóricas. Yo empecé por lo vivencial. Cómo era la religiosidad de tu madre, cómo ha sido tu formación religiosa. ¿Tú cuando niño tenías la costumbre de orar?

¿Cómo fue en la escuela?

Creo que eso le gustó. Hablar desde su vida y no desde sus conceptos. A pesar de que en el libro están también sus pensamientos, sus reflexiones, pero tienen como base una experiencia de vida, de lucha, de militancia.

Ahí se hizo el libro, del que se han vendido en Cuba un millón de ejemplares, y en el mundo unos dos millones de ejemplares. Tuvo traducción en 23 idiomas de 32 países, porque en América Latina basta el español para que casi todos los países puedan entender. Fue un éxito importante, sobre todo para ayudar, yo digo, a parar el prejuicio de los comunistas y el miedo de los creyentes.

CK: Más allá del libro, usted ha sostenido un diálogo con Fidel durante todos estos años. ¿Qué impresión tiene sobre Fidel, sobre su personalidad, su rol en la historia?

FB: Mucha gente ahora con la enfermedad de Fidel, se pregunta por Cuba post Fidel. Mi reflexión es justamente al revés. Me pregunto por Cuba pre Fidel. Fidel es un hombre ejemplo de hombre nuevo, de revolucionario, de una persona que ha dedicado su vida a liberar a un pueblo y a otros pueblos también, por toda su solidaridad con los países pobres del mundo.

Entonces cuando hablo de Cuba pre Fidel, es porque mi sueño es que todos los cubanos y todos nosotros, revolucionarios, militantes de izquierda, logremos ser un día como Fidel. En el sentido de que Cuba hace todavía una transición, porque 48 años es muy poco en la historia hacia el socialismo, en un mundo globocolonizado, con paradigma neoliberal, y toda una cultura excesivamente capitalista, que además viene al encuentro de nuestras tendencias más negativas, que son típicas del capitalismo, como es el caso del egoísmo.

Hablar de Cuba, hablar de Fidel, es hablar de cómo vamos a ayudar a este país, a reinventar el socialismo, después del desplome del Muro de Berlín, de la Unión Soviética, después de los caminos muy raros que China ha abrazado. Lo que se plantea para nosotros, es cómo reinventar el socialismo. En el sentido de que el

socialismo, antes que ser un proyecto de desarrollo, tiene que ser un proyecto de humanidad, de civilización, de virtudes humanas. Creo que Fidel se ha adelantado en la historia. Va a ser siempre una persona que va a servir de ejemplo, como el Che, que ha dado su vida por los más pobres. Estaba ya en el poder, podría haberse quedado tranquilo, pero ha abierto mano de todas sus funciones y privilegios, para de nuevo empezar desde cero como un hombre clandestino primero en el Congo y después en la selva de Bolivia, para servir a la liberación de Bolivia y de América Latina.

Yo pienso eso: que Fidel ha creado una sociedad socialista que se mantiene, porque supo cultivar aquí valores muy originales.

Por ejemplo, la primera vez que vine a Cuba, yo esperaba encontrar en cada esquina un busto de Marx o de Lenin. Y encontré a un señor que tenía la cabeza pelada, con unos bigotes, que yo no conocía. Efectivamente, no lo conocía, porque vivo en Brasil, y Brasil en ese momento estaba de espaldas a América Latina, y de frente hacia Europa, EE.UU.. El proceso de latinoamericanización del Brasil, estaba recién empezando. Entonces me di cuenta que esta revolución, era mucho más martiana que marxiana. Ha utilizado la teoría de Marx en la construcción de su proyecto socialista, pero el pensamiento de José Martí tiene mucha más raíz, es mucho más fuerte en este país que todas las teorías marxistas y leninistas. Esto para mí explica cómo Cuba pudo resistir a las presiones de la globocolonización y del imperialismo.
Porque no se creó aquí un modelo mimético del modelo patriarcal burgués.

Me explico mejor. Yo creo que uno de los errores de la revolución soviética, fue cambiar el sistema, sin cambiar el modelo. El modelo soviético, era un modelo zarista. Los carruajes del zar, fueron sustituidos por los coches lujosos del Kremlin. Y la nomenclatura era como la corte. Entonces, lamentablemente, ésta es una tendencia que hay en la historia, que cuando un grupo llega al poder, como ha pasado en la Revolución Francesa y en otros lugares, tiene la tendencia de mimetizar a su antecesor, con nuevo lenguaje, nuevas intenciones, pero las estructuras básicas son los restos políticos, la reproducción de su antecesor. En Cuba no hubo esto. Cuba pudo crear una revolución original, que mantuvo incluso la religiosidad de su pueblo.

Acá no hubo una represión a la religión por ser religión. Siempre hay un respeto al sincretismo religioso cubano, que es muy parecido con el que hay en Brasil, sobre todo en Bahía. Toda la vena poética, musical, humorística de la cubanidad, todo eso ha sido valorado por la revolución.

Eso explica por qué, a pesar de todas las presiones y dificultades, Cuba queda como un ejemplo.
A pesar de que hoy Cuba es una cuádruple isla: una isla geográfica, una isla por ser el único país socialista de Occidente, una isla por estar bloqueada por los EE.UU., y una isla por tener un modelo de sociedad que al mismo tiempo es único, y es solidario con todos los pobres del mundo. Cuba tiene maestros y médicos en más de 40 países del mundo. Creo que esto crea un ejemplo y una esperanza para nosotros, que queremos construir un nuevo proyecto civilizatorio.

CK: Muchas veces hemos discutido sobre el rol de la personalidad en la historia, ¿Qué

relación existe entre el rol de determinadas personalidades, y los procesos populares? ¿Cuáles son a su entender los rasgos de la personalidad de Fidel, que han contribuido a imprimir este carácter a la revolución cubana?

FB: Yo estoy muy convencido de la importancia de la personalidad en la historia. A pesar de que no voy a decir que éste es un elemento único. Voy a hacer una comparación. Los lingüistas dicen que todos los idiomas tienen una matriz única, una estructura de lenguaje que se mantiene en todos los idiomas. Hace poco se descubrió en Brasil un grupo indígena que rompe todos los esquemas lingüísticos, porque son capaces de hacerse entender por el canto o por el silbido, por la musicalidad, por la entonación, sin utilizar sustantivos y adjetivos, sin construir una sentencia en la oralidad. Esto es absolutamente una revolución en la lingüística, porque nunca se había conocido. Hay un antropólogo lingüista francés que pasó ahí diez años, y hace poco sacó un libro con el resultado de sus investigaciones, que revolucionó los conceptos anteriores. Voy a decir entonces también que no siempre, en todas las culturas, un individuo va a tener mucha importancia. Quizás vamos a llegar a un tiempo en que la experiencia comunitaria de compartir sea más importante. Como para los indígenas mismos. Para ellos el sentido de pueblo es mucho más importante que el sentido de persona, de individuo. Y ellos se reconocen en la comunidad.

Para nosotros no. Por la cultura cristiana, que está muy centrada en la personalización de Dios. Entonces tenemos la tendencia de exaltar a las personas, y efectivamente, creemos mucho más en ejemplos vivenciales que en conceptos doctrinales. Ningún partido nos convence por tener el mejor estatuto, el mejor programa. Nos convence por tener los mejores militantes, aquellos que dan un ejemplo de amor al próximo, a la colectividad, a un futuro de socialización de los bienes.

En ese sentido, Fidel ha sido una figura preponderante. Va a dejar un ejemplo. Y ahí se trata de que la revolución sepa cultivar esta herencia, este ejemplo, como hacemos hoy con el Che.

Este año estamos conmemorando 40 años de su muerte, pero él sigue vivo en la memoria de los pueblos, en nuestro inconciente colectivo, y nuestra tarea revolucionaria es mantener esta llama viva, como vamos a mantener la llama de aquellos que son ejemplo para nosotros.

CK: Hace poco tiempo se estrenó en Brasil "Bautismo de Sangre", una película sobre la dictadura en ese país, realizada a partir de su libro del mismo nombre. Siguiendo con el recuerdo de algunos imprescindibles, esta película nos trae también la memoria de Marighella.

FB: Efectivamente, Bautismo de Sangre fue un libro que me llevó diez años, del 73 al 83, porque quise recordar, visitar, todos los lugares de un grupo de frailes dominicos que en Brasil se han unido a la Acción Liberadora Nacional de Carlos Marighella, un gran revolucionario, y hemos participado como grupo de apoyo a la guerrilla urbana. Y también rural, porque ayudamos a preparar la guerrilla rural que no llegó a realizarse desde la ALN.

Bautismo de sangre es una narración detallada de todos los hechos que involucraron a los dominicos. Incluso de la muerte de Marighella, de la manera como ha sido muerto, y el drama de la tortura de Frei Tito, que acabó suicidándose para evitar la desesperación. Hay una frase que él escribió en su Biblia, que la película subraya, que es: “es mejor morir que perder la vida”.

Se ha matado para no perder la vida, para no perder el control sobre sí mismo. Bautismo de Sangre impacta mucho, porque de todas las películas que se hicieron en Brasil sobre la dictadura militar, ninguna es tan realista, tan fuerte. Ninguna va tan profundamente a los bastidores de lo que ha sido la dictadura, en la profundidad de la subjetividad humana de las víctimas de la dictadura. Éste es el impacto de la película. ¿Por qué impacta? No sólo por su realismo, por su belleza también, la música, los colores. Ha recibido en el Festival de Brasilia, que es el más importante festival de cine del Brasil, el premio de mejor dirección y mejor fotografía. Su director, Helvecio Ratton, ha hecho una película que junta elementos que en la cabeza de la mayoría de la gente son antagónicos. Por ejemplo, la espiritualidad y la opción por la lucha armada. El idealismo y la capacidad de entregarse por una causa, sin búsqueda de ningún provecho personal. La fidelidad a la Iglesia, porque ese grupo en ningún momento ha roto con la Iglesia, y al mismo tiempo fidelidad a un movimiento revolucionario. Son factores que asustan a la gente. Mucha gente dice, sobre todo muchachos: “yo nunca imaginaba que había un grupo de frailes revolucionarios”. También “yo pensaba que todas esas torturas y muertes, habían pasado en Chile y Argentina, no en Brasil”.

Es una película que ayuda también a traer a la superficie los archivos de la dictadura. Brasil es el único país de América del Sur que todavía no abrió los archivos militares. Abrió los archivos de la policía civil, pero los militares se niegan a abrirlos, y lamentablemente el gobierno, que tiene a un ex preso político al frente, que es Lula, y que es constitucionalmente el Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas, no tuvo suficiente autoridad para obligar a las Fuerzas Armadas a abrir sus archivos. Pero los archivos vivos como yo, están ahí, y en este sentido, hay que homenajear el arte brasilero, como el cine, que está abriendo los archivos, y quizás de una manera más impactante para los militares que si fuesen los archivos administrativos, judiciales.

Porque el arte tiene un alcance internacional perenne. Es una película que dentro de cincuenta años, va a seguir actual, como el recuerdo de un tiempo. La figura de Marighella es muy fuerte. Marighella ha sido militante comunista de Bahía, hijo de obreros. El padre era obrero italiano, la madre negra, hija de esclavos. Él era un hombre muy inteligente, que en alguna ocasión, cuando entró a la Facultad de Ingeniería –no terminó su curso por la militancia-, hizo una prueba de química en versos. Tenía una capacidad poética muy grande. Ya en la dictadura de Vargas, en los años 40, fue prisionero por su militancia en el Partido Comunista, y era conocido como aquél que en la tortura no hablaba. Marighella rompió con el partido después que vino la dictadura del 64, porque el partido optó por una vía pacífica, una vía no armada, y Marighella - desde mi punto de vista con mucho acierto-, vio que no era posible en ese momento una vía no pacífica, cuando había una

represión brutal, y la única respuesta tenían que ser las armas. Claro que yo tengo orgullo de ese momento, de haber luchado a su lado, de haber participado de su organización revolucionaria. Reconozco que teníamos todo. Teníamos ideología, teníamos coraje, teníamos idealismo, teníamos dinero de las expropiaciones bancarias. Lo único que no teníamos era un detalle, pero ese detalle es esencial: no teníamos el apoyo del pueblo. Pero ha sido importante también esta lucha, para después reconocer que había que cambiar nuestros métodos. Y efectivamente, después de pasar por las experiencias de lucha armada y de la cárcel, pudimos encontrar en Brasil un camino que nos ha conducido a la redemocratización y a la construcción de un movimiento popular expresivo, como es hoy el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra. Y el propio hecho de Lula, un sindicalista, un metalúrgico, que llega a la presidencia de la república, es fruto de una acumulación de fuerzas que empezó desde la autocrítica que hicimos en la cárcel, y posibilitó el crecimiento de un movimiento popular, con la inserción muy significativa de los sectores cristianos más pobres, y por lo tanto del pueblo, a través de las comunidades eclesiales de base.

CK: Esto nos lleva también al recuerdo de Paulo Freire, y a la mención de otro libro suyo:

Esa escuela llamada vida, que hizo en coautoría con Freire. ¿Qué impacto tuvo la propuesta de Paulo Freire en esa nueva etapa política, y en la recomposición del movimiento popular golpeado por la dictadura?

FB: Efectivamente, Paulo Freire tuvo mucha importancia en todo el proceso social, no sólo en Brasil, sino en América Latina y en muchos países de Africa que hablan portugués. El problema es que cuando Paulo Freire empezó su trabajo, no fue bien entendido por algunos intelectualesdel Partido Comunista del Brasil, que lo calificaron de idealista y hegeliano. Esto llegó a la Unión Soviética, y después que Paulo Freire ya había avanzado muchísimo, y había publicado libros que tienen toda una estructura y una lógica marxista, como Pedagogía del Oprimido, enmuchos sectores comunistas seguía este prejuicio hacia él. Entonces yo en contacto conNicaragua, y después con Cuba, traté de hablar mucho sobre la importancia de Paulo Freire en el trabajo con el pueblo, el trabajo de concientización y movilización del pueblo pobre. Paulo Freire creo que nos ha dado las herramientas para que nosotros, intelectuales, perdamos la pretensión de ser vanguardia del proletariado. O el proletariado tiene que ser su vanguardia, y nosotros vamos en la retaguardia, o vamos de nuevo a establecer formas elitistas de lucha. Creo que con la organización en Cuba del Centro Martin Luther King Jr., que ahora conmemora 20 años, ayudamos a cambiar mucho la visión que se tenía de Paulo Freire, no solamente en Cuba,sino en la izquierda de América Latina. Esto culminó en el 97, cuando él recibió el título de Doctor Honoris Causa de la Universidad de La Habana, pero se enfermó. Él me llamó y me dijo: “Betto, yo no puedo viajar a La Habana. Acabo de enfermarme. Quiero que tú vayas a representarme en la Universidad”. Pero yo tenía un viaje marcado a Palestina y tampoco pude viajar para representarlo. Cuatro, cinco días después, él murió. Pero la misión se ha cumplido.

Paulo Freire es hoy una persona imprescindible para todos aquellos que quieren trabajar en la línea del protagonismo popular. Es decir, que los pobres, los oprimidos, los excluidos, sean sujetos históricos. No base de maniobras, no objetos de nuestras intenciones revolucionarias, sino sujetos históricos de construcción del socialismo y de un nuevo proceso civilizatorio. Creo que su teoría, su metodología, es imprescindible en este sentido.

CK: Usted hablaba del socialismo, más que como un proyecto de desarrollo, como un proyecto de humanidad. Conoció “los bastidores del socialismo” (nombre de otro de sus libros). Hoy que vuelve a discutirse el proyecto socialista en América Latina, si tuviera que pensar cuáles fueron los principales errores del socialismo en el siglo 20, y qué debería ponerse en discusión en la actualidad ¿que propondría?

FB: Yo creo que el principal error del socialismo, el pecado original del socialismo que empezó en Rusia, fue el abandono del proyecto de protagonismo de los soviets. El momento en que el proyecto de tener como punta de lanza los soviets fue descartado, ahí empezó el mimetismo con el zarismo. La estructura del partido soviético, el PCUS, después de la muerte de Lenin, pasó a ser una estructura autocrática, de arriba hacia abajo, y no de abajo hacia arriba. Con eso se ha comprometido el proyecto de democracia socialista. Ningún proyecto humano puede tener éxito, si no hay un mecanismo permanente de crítica y autocrítica, de evaluación, de percibir sus errores. Cuando este proyecto tiene como paradigma los avances del capitalismo, es peor todavía. Creer que socialismo es la electricidad, o la carrera espacial, o los misiles nucleares… no es eso el socialismo. Socialismo es crear hombres y mujeres nuevos. Creo que la centralidad del ser humano es fundamental, para que uno no pierda la dimensión de lo que es el socialismo.

No podemos sacrificar a nadie en función de desarrollo, de programas de mejorías materiales. Una gente, como los grupos indígenas, puede ser muy feliz, vivir con un altísimo grado de humanidad, en condiciones comparadas con el desarrollo capitalista, muy precarias. Para mí un modelo de socialismo, es el convento en que vivo, son los monasterios en los que vivimos con simplicidad, compartimos todos los bienes, y somos felices. ¿Por qué la sociedad no puede ser así? ¡Puede ser así! Somos personas distintas, tenemos talentos, inteligencia, culturas distintas, pero complementarias. Y todos tenemos iguales derechos e iguales oportunidades. Entonces creo que hoy el socialismo se construye como proceso de perfeccionamiento de la democracia, y la democracia se perfecciona con cada vez más participación popular. Tenemos que pasar de una democracia meramente delegativa, como es hoy, que no es siquiera una democracia representativa, porque delegamos, pero no nos sentimos efectivamente representados, a una democracia participativa. Esto significa que fortalecer al movimiento popular, desde mi punto de vista, es la tarea más importante en este momento para lograr este avance civilizatorio, y por lo tanto lograr la conquista de una sociedad socialista.

CK: ¿Qué evaluación hace hoy de su participación en tareas de gobierno, al frente del programa Hambre Cero?

FB: Para mí ha sido importante el trabajo en Hambre Cero, en los dos primeros años del gobierno de Lula. Yo estoy agradecido a Lula por el honor de esta invitación. Pero el gobierno ha tomado rumbos con los que no estuve de acuerdo, sobre todo en la política económica. El gobierno ha basado la política económica en un proyecto neoliberal, de riguroso ajuste fiscal, y en contradicción con los proyectos sociales. El propio Hambre Cero en un momento comenzó a ser desfigurado, reducido a uno de sus programas, es verdad que es el más importante, que es el de distribución de renta: el programa beca familias, que hoy ayuda a la sobrevivencia de once millones de familias miserables. 7 millones han salido de la miseria, pero este programa no tiene una puerta de salida. En el momento en que el gobierno deje de dar ese dinero a las familias, ellos no van a producir su propia ganancia. ¿Por qué? Porque hasta ahora el gobierno no tuvo la osadía de cumplir una de las demandas históricas más importantes de Brasil, que es hacer la Reforma Agraria. Con un detalle, somos el único país de las tres Américas, que tiene un área cultivable de dimensiones continentales. Porque a pesar de que el territorio de Canadá y Estados Unidos son como Brasil, no hay tantas áreas cultivables como en Brasil. Porque incluso un área que no es cultivable, como es una buena parte de Amazonia, es un área de mucha producción de riquezas. Pescado, frutas, vegetales, materias primas de medicina. Es un país privilegiado por la naturaleza. Yo acostumbro decir que Dios quiso inventar el Edén, el paraíso perdido, en el Brasil, por eso no nos ha dado ninguna catástrofe natural. Nuestra única catástrofe es la política, la clase política que tenemos. El programa “beca familiar”, en el año 2006, ha dado 15000 millones de reales para 11 millones de personas, y el “beca hartazgo” ha dado para 20.000 familias, los acreedores de la deuda pública, 150 mil millones de reales. Entonces para mí no hay futuro en un país que beneficia de esa manera a su camada más rica.

CK: A la vez este tipo de programas refuerza el clientelismo.

FB: Sí, claro. Refuerza el clientelismo, y es un programa que responde a los proyectos del Banco Mundial que dice que a los pobres hay que tratar con políticas focalizadas, asistencialistas, pero nunca con políticas de cambio de estructuras y de erradicación de la
miseria y de la pobreza.

CK: ¿En qué momentos se encuentra, y frente a qué desafíos la teología de la liberación y el cristianismo que ha hecho su opción por los pobres?

FB: La Teología de la Liberación está diseminada por la Iglesia, aunque desde el punto de vista doctrinal y jerárquico hay una vaticanización de la Iglesia católica, un control cada vez mayor.

Cada vez tenemos menos una Iglesia con cara de nuestros pueblos, con cara mestiza. Tenemos una Iglesia cada vez más europeizada, desde el punto de vista de su estructura de poder. Pero las comunidades en la base siguen con otra visión, que no es la visión de estos obispos europeizados. Las comunidades eclesiales de base siguen siendo elementos de fermentación de una conciencia crítica del mundo, del sistema, y un lugar de formación de cuadros. Esto incomoda, va a seguir incomodando. Es una visión mucho más evangélica, mucho más liberadora, mucho más progresista.

* Fuente: Red Eco Alternativo, Argentina
redeco@rcc.com.ar
www.laredeco.com.ar

Em Foco III

Entrevista

Entrevista com João Pedro Stedile: A reforma agrária já está esgotada

02/07/2007
Guilherme Evelyn & Leandro Loyola *

O líder do movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, coloca sobre a mesa uma pasta de plástico, na qual está colado o adesivo com um quadrinho da Graúna, personagem do cartunista Henfil de grande sucesso nos anos 70. Ajeita ao lado dela seu relógio de bolso. Começa a discorrer sobre conceitos como "mobilização das massas", "combate ao neoliberalismo" e "plano estratégico nacional". São símbolos do passado, mas Stedile fala do futuro. De acordo com ele, o movimento tem de derrotar o sistema econômico em vigor se quiser atingir seu objetivo. "O projeto de reforma agrária que o MST passou 20 anos lutando para implantar se esgotou", afirma. "Será preciso um novo tipo de reforma agrária."

ÉPOCA – No congresso do MST, o senhor disse que a reforma agrária com que o movimento sonhava não é mais possível. Por quê?

João Pedro Stedile – A reforma agrária clássica foi feita na maior parte dos países da Europa, nos Estados Unidos, no Japão, depois da Segunda Guerra Mundial. É um projeto que está combinado com um projeto de desenvolvimento da indústria nacional para desenvolver um mercado interno. O Brasil perdeu quatro oportunidades históricas de fazer esse tipo de reforma agrária: no fim da escravidão, na implementação da industrialização pela Revolução de 30, em 1964 e no governo Sarney, quando havia um clima favorável no PMDB para viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional. Da década de 90 para cá, nosso país e as elites brasileiras abandonaram o projeto nacional.

O que está em curso é um projeto popularmente conhecido como neoliberalismo, que subordina a economia brasileira ao capital internacional e financeiro. O projeto pelo qual o MST lutou 20 anos se esgotou porque as elites brasileiras deixaram de defender um projeto de industrialização nacional. Hoje, a não ser o vice-presidente José Alencar, não há forças nacionalistas em nossa burguesia industrial.

ÉPOCA – Qual seria o novo modelo defendido pelo MST?

Stedile – Para viabilizar uma nova reforma agrária, será preciso antes derrotar o neoliberalismo. O primeiro fundamento desse novo tipo de reforma agrária é a democratização da propriedade da terra, que não é uma bandeira socialista, mas republicana. O segundo é a reorganização da produção agrícola. Hoje, as transnacionais vêm aqui e controlam a produção, o comércio, o preço. Isso está errado. A produção agrícola precisa ser organizada em primeiro lugar para atender o mercado interno e o povo brasileiro. O terceiro aspecto é repensar novas técnicas agrícolas, porque as usadas pelas transnacionais são insustentáveis do ponto de vista do meio ambiente. O quarto aspecto é levar a educação formal e o conhecimento para o campo para formar o cidadão camponês. O quinto aspecto é levar as pequenas agroindústrias ao interior para gerar emprego lá.

ÉPOCA – O que o MST está fazendo para se adaptar a esses novos tempos?

Stedile – Estamos mudando. Vou dar um exemplo: nós nos demos conta de que nas faculdades de Agronomia os caras só sabem sobre monocultura ou agrotóxico. Então, o MST está montando uma rede em parceria com universidades federais para formar novos agrônomos. Já temos um curso de Agronomia no Pará para o bioma da Amazônia, outro em Sergipe para o semi-árido, um terceiro em Mato Grosso para o Centro-Oeste e um quarto no Paraná para o clima frio e temperado. Para quê? Para formar novos agrônomos que dominem técnicas de agroecologia e possam nos assessorar. Vamos anunciar uma parceria com o Greenpeace. Estamos brigando com o governo para botar mais dinheiro da educação no meio rural.

ÉPOCA – Por que a correlação de forças políticas se tornou desfavorável à reforma agrária justamente no governo Lula?

Stedile – A própria eleição do Lula só foi possível porque ele se aliou com parte da burguesia neoliberal. Ela aceitou apoiar a candidatura Lula que eles nunca engoliram.

Além disso, as lutas sociais se movem em ondas. E estamos numa onda de descenso do movimento de massas desde 1989. A ascensão do Fernando Collor e do Fernando Henrique Cardoso foi uma derrota política grave para o povo brasileiro.

ÉPOCA – Mas esse movimento social não se animou nem com a eleição do Lula?

Stedile – Nós do MST apostávamos que a simples vitória eleitoral do Lula reanimaria as massas. Nós nos reanimamos, tanto que, em 2003, botamos 200 mil famílias acampadas, mas o resto do povo não se mobilizou.

ÉPOCA – O que o senhor chama de neoliberalismo não é, na verdade, o resultado de um processo de mudanças inevitáveis na economia mundial, como a globalização e as inovações tecnológicas?

Stedile – Claro que o capital está numa fase de querer circular em todos os países do mundo, mas governos nacionais existem para cuidar dos interesses de seu povo, né? Vários países do mundo mantiveram políticas nacionalistas, como Irã, Índia e China. A taxa de câmbio da China é historicamente sobrevalorizada, mas os chineses não mudam porque assim há produtos baratos em dólar para todos.

ÉPOCA – O governo diz que sua política econômica reforça o mercado interno.

Stedile – Todos os dados empíricos mostram que continua a haver concentração da renda nacional nas mãos de uma minoria. O que houve no governo Lula, com a política de aumento real do salário mínimo e do Bolsa-Família, foi uma distribuição mais equânime da renda entre os assalariados. Mas a economia nacional não se mede apenas entre os assalariados.

ÉPOCA – O Bolsa-Família tirou militantes do MST?

Stedile – Não. Os 10 milhões beneficiados pelo Bolsa-Família são gente que está lá embaixo na pirâmide, que não tem consciência nem capacidade de mobilização. São os párias da sociedade. O Bolsa- Família é um programa humanitário. Salva vidas, mas não distribui renda.

ÉPOCA – Qual é sua avaliação do governo Lula?

Stedile – Em sua composição atual, o governo Lula está ainda mais à direita que no primeiro mandato. O governo fez uma opção unicamente por uma maioria parlamentar e se aliou com gente que inclusive era contra ele. É ridículo ver o Michel Temer (presidente nacional do PMDB) apoiando o Lula, quando todo mundo sabe que ele fez campanha para o Geraldo Alckmin.

ÉPOCA – O MST não passa por uma crise de identidade por não saber se faz oposição ou se apóia o governo Lula?

Stedile – Nossa atitude em relação ao governo sempre foi de autonomia. Nos jornais, ora somos acusados de arrefecer por causa do Lula, ora de nunca termos feito tantas invasões, de nunca ter desrespeitado tanto a lei. Continuamos fazendo ocupações de terra. O governo é que está em crise porque ficou parado.

ÉPOCA – Por que o MST é contra a parceria com os Estados Unidos para desenvolver um mercado mundial de álcool combustível?

Stedile – Esse programa do etanol só interessa ao grande capital internacional. Se os EUA têm problemas para abastecer seus carros, é problema deles. Temos de resolver os problemas do Brasil: distribuição de renda e emprego. Defendemos outra forma de produzir o álcool, de uma maneira mais equilibrada e sustentável para o meio ambiente.

* Revista Época, 02.07.2007
http://alainet.org/active/18432&lang=pt

Em Foco IV

La libertad de expresión como excusa Disparen contra Chávez

Raúl Zibechi*

01/06/2007

La polémica generada por la decisión del presidente venezolano Hugo Chávez de no renovar la concesión de RCTV, está mostrando la forma de operar de las derechas latinoamericanas que consiste en repetir los mismos argumentos que expiden las usinas globales de los Estados Unidos y Europa.

Apenas se escarba en el magma informativo provocado por la no renovación de la concesión de RCTV, se constata que las opiniones de los medios y de numerosos "analistas" del Sur muestran lo que verdaderamente son: repetidores de las ideas difundidas por los think tanks del Norte. Por eso conviene ir por partes para ver quién pone las ideas y quiénes se hacen los distraídos, como si la libertad de expresión no tuviera una larga y triste historia que, en este continente por lo menos, incluye un amplio abanico de violaciones: desde periodistas desaparecidos hasta ese pertinaz goteo de despidos de trabajadores de los medios.

Quién pone las ideas Las usinas del pensamiento conservador estadounidenses y europeas son las que están detrás de buena parte de los argumentos que exponen los periodistas y políticos de la derecha latinoamericana. Hasta ahora eran los centros de estudios de los Estados Unidos los que mayor influencia tenían en la región. Pero eso parece estar cambiando. Un buen ejemplo es la española FAES (Fundación de Análisis y Estudios Sociales) desde la cual el ex presidente José María Aznar –quien se identifica con el franquismo como lo demostró su partido en los últimos meses- influye en los partidos de derecha de América Latina. "Una agenda de libertad" se titula el último informe para la región que fue presentado a fines de mayo en Buenos Aires y Sao Paulo. El informe define los problemas de este continente: el "populismo revolucionario", el "neoestatismo", el "indigenismo racista" y el "militarismo nacionalista".

El informe de Aznar sostiene que los partidos de la derecha de nuestro continente (liberales, democristianos y conservadores) deben plantearse "el objetivo común de derrotar democráticamente el proyecto del 'socialismo del Siglo XXI'". En paralelo defiende que Estados Unidos tenga una presencia más activa en América Latina. Qué tan democrático es el camino que propone Aznar lo revelan sus contactos locales. En Argentina presentó su informe junto al analista Rosendo Fraga, quien apoyó la última dictadura militar que provocó el mayor genocidio en la historia de ese país. En Brasil lo hizo junto a Jorge Bornhausen, dirigente del Partido Demócrata (ex Partido del Frente Liberal), el más cercano a la dictadura militar de los 60. Estas son las amistades de Aznar quien, pese a ello, califica al gobierno de Chávez como "siniestro" y "totalitario".

Más allá de las personas, interesa observar cómo los medios reproducen los nálisis que emiten esas usinas del pensamiento conservador. Uno de los medios más influyentes del continente es el diario argentino La Nación, partidario de todas las cruzadas antipopulares y fiel representante de los intereses de las multinacionales. El domingo 27 publicó un informe de una página a seis columnas titulado "La prensa de América del Sur, en la mira". La periodista se detiene en lo que considera como "una guerra entre prensa y gobierno" y lo hace repasando la situación en siete de los diez países del subcontinente: Argentina, Brasil,

Bolivia, Chile, Ecuador, Uruguay y Venezuela. Deja de lado tres países en los que, todo indicaría, la libertad de prensa no está amenazada:

Colombia, Paraguay y Perú. En suma, optó por los gobiernos que con mayor o menor énfasis ponen reparos al modelo neoliberal.

Llama la atención la dureza con la presidenta chilena Michelle Bachelet. En base a una "fuente" que prefirió "mantenerse en el anonimato", la periodista concluye que "la presidenta tiene una obsesión por las filtraciones" que atribuye a "su mentalidad más ideológica" respecto a su antecesor Ricardo Lagos, por lo que "muchos canales de información se cerraron". Habla incluso de que algunos corresponsales extranjeros se quejaron de "maltrato oficial" por su escaso contacto con los medios.

Luiz Inacio Lula da Silva tampoco sale bien parado. Lo acusa de que su vínculo con la prensa "nunca fue muy intenso", que "evita el contacto con los medios cada vez que puede" y que "a diferencia de Bachelet, Lula llevó el hermetismo un paso más allá". Y de haber criticado a la prensa por publicar "sólo malas noticias". En este crescendo de La Nación, Tabaré Vázquez ocupa el tercer lugar. "Su gobierno suele acusar a los medios de 'conspiraciones y complots' y el mandatario llegó a difundir, en 2006, una lista negra de medios a los que acusó de integrar la 'oposición'". Recogiendo un informe de marzo pasado de los empresarios de la prensa (Sociedad Interamericana de Prensa) sostiene que existe un "hostigamiento contra la libertad de prensa y contra la prensa independiente". Con Néstor Kirchner La Nación es implacable, siendo el de "autoritario" el calificativo más suave que le endilga.

El plato fuerte son los gobiernos más duros con Washington y con los organismos financieros internacionales. Según el diario argentino Chávez abrió el camino del "cerrojo a la libertad de expresión" que tanto Evo Morales como Rafael Correa están comenzando a recorrer. La tesis que sustenta estas afirmaciones es interesante: como los partidos políticos se han vaciado y ya no son representativos, los medios asumen el papel de encabezar la crítica y por ese motivo son castigados por esos gobiernos. La conclusión viene casi al comienzo del artículo: "Desconfiados y suspicaces, los gobiernos regionales adoptan, cada vez más, la confrontación como estrategia respecto a la prensa". Dicho de otro modo: ahora que los neoliberales no controlan los estados nicuentan con partidos con apoyo de masas a su disposición, no tienen otra salida que apoyarse en los medios de comunicación para hacer prevalecer sus intereses.

Un caso paradigmático

El periodista español David Carracedo acaba de publicar un exhaustivo informe en el que muestra que en los últimos años 293 medios de todo el mundo sufrieron clausura, revocación o no renovación de sus licencias: 77 emisoras de televisión y 159 radios en 21 países. Sólo en Colombia, 76 radios comunitarias fueron clausuradas. En marzo de este año TeleAsturias (España) vio revocada su onda de transmisión por motivos técnicos. El informe no incluye la clausura de Radio Panamericana de Uruguay, por lo que vale la pena recordar el mayor atentado contra la libertad de expresión desde el retorno del régimen electoral en 1985.

El 26 de agosto de 1994 una resolución del gobierno presidido por Luis Alberto Lacalle clausuró por 48 horas las radios Panamericana y Centenario por haber transmitido los sucesos del Hospital Filtro del 24 de agosto. Ese día se produjo una concentración contra la extradición de varios ciudadanos vascos detenidos en ese hospital acusados de pertenecer a ETA. El intento de los manifestantes por impedir la extradición provocó una fuerte carga policial que se saldó con un muerto y decenas de heridos, algunos graves. El mismo día que se decretaban las clausuras temporales, otra resolución revocaba la autorización otorgada a Panamericana.

Los partidos Colorado y Nacional respaldaron al Ejecutivo. La asociación de los propietarios de los medios, ANDEBU, tuvo serias dificultades para llegar a un acuerdo interno que le permitiera un pronunciamiento público. Recién dos semanas después de la clausura de Panamericana, ANDEBU expresó "su preocupación por los procedimientos realizados por el Poder Ejecutivo". Pero no dejó de manifestar, en el mismo comunicado, "preocupación por el contenido de las emisiones de Radio
Panamericana" que había convocado a las manifestaciones en solidaridad con los vascos, "por ser contrarias a los principios que rigen la conducta de los miembros de la radiodifusión uruguaya". Una declaración que contrasta vivamente con la emitida días pasados contra la no renovación del permiso a RCTV, que lo definió como "una gravísima agresión a la libertad de expresión".

El ex presidente Julio María Sanguinetti dijo estos días que “Venezuela está entrando en un terreno muy preocupante de deterioro de la democracia” y aseguró que el caso de RCTV significa “un colapso de la libertad”. Los nacionalistas, que eran gobierno en 1994 cuando se clausuró Panamericana, aseguraron que la decisión de Chávez es “una violación a los derechos humanos” y el presidente de ese partido, Jorge Larrañaga, declaró que “es un ataque a la libertad de prensa, un atentado contra las libertades públicas, lo que prueba que el régimen del señor Chávez es un régimen rengo desde el punto de vista democrático”.

El contraste entre los sucesos de 1994 en Uruguay y las actitudes actuales de la derecha respecto a RCTV, ponen en blanco sobre negro que la tan mentada libertad de expresión es apenas una excusa para atacar y derribar gobiernos que buscan salir del modelo neoliberal. Y que, huérfanos de apoyo popular, sólo pueden hacerlo provocando situaciones de gran inestabilidad que crean las condiciones para golpes de Estado. Es la estrategia diseñada por Aznar, fiel amigo de Bush, Blair y Sarkozy.

Fonte: http://alainet.org/active/17847&lang=es
ALAI, América Latina en Movimiento
*Raúl Zibechi es miembro del Consejo de Redacción del semanario Brecha de Montevideo, docente e investigador sobre movimientos sociales en la Multiversidad Franciscana de América Latina, y asesor a varios grupos sociales.

Espaço Aberto I

Aonde vai o Equador?

André Philot*

Um Congresso paralisado, manifestações de rua e um plebiscito mexem com a conjuntura política do Equador. Quais os rumos e soluções? Este artigo pretende analisar um pouco da recente história política equatoriana e conectá-los aos últimos acontecimentos.

Um pequeno resumo dos últimos fatos Antes da posse Em 2006 o economista Rafael Correa concorreu à presidência do Equador prometendo renegociar a dívida externa, investir em programas sociais para diminuir as desigualdades, ser contra a recente “dolarização” da moeda e convocar a tão desejada Assembléia Constituinte; um típico programa de esquerda. Foi assim que, no segundo turno das eleições, Correa se elegeu e tomou posse com a presença de outros líderes, dentre eles: Hugo Chávez, Evo Morales, Bachelet, Mahmoud Ahmadinejad e Lula.

Depois da posse

Assim que tomou posse sofreu forte pressão do Congresso porque seu partido, o PAIS (Aliança Pátria Ativa e Soberana), não possuía maioria dentre os 100 deputados. Sem apoio político, Correa só tinha ao seu lado a população, que esperou ansiosa suas primeiras medidas. Logo no primeiro mês de mandato o presidente enviou ao Congresso a proposta de plebiscito para convocar a Assembléia Constituinte, e a guerra entre os deputados começou.

A casa tentou adiar a aprovação do plebiscito, mas diante das milhares de manifestações a proposta foi aprovada, com um mês de atraso, como maneira de garantir a institucionalidade. Inusitadamente, em meio à comemoração, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) destituiu 57 deputados, que eram contra o plebiscito e faltaram a sessão de votação, por denúncias de corrupção.

A paralisia do Congresso

Com mais da metade dos deputados na rua o Legislativo entrou em paralisia. A possível solução seria a posse dos suplentes, mas os mesmos foram igualmente destituídos do cargo pelo TSE. Os deputados expulsos

entraram com recurso no Tribunal Eleitoral e organizaram sessões por fora do Congresso. O caos chegou a ponto de um juiz de província ordenar a readequação dos deputados, mas o TSE negou a intromissão do Judiciário. Por fim, o recurso foi julgado contrariamente para os deputados envolvidos em corrupção e a posse dos suplentes foi aprovada. Apesar da decisão, existe ainda um recurso tramitando no Tribunal Constitucional para a restituição dos políticos.

Retorno às atividades

O presidente do Congresso Jorge Cevallos só retomou as sessões ordinárias um mês depois das cassações, e teve que pedir ajuda a polícia para impedir a entrada dos exdeputados.

Com as substituições dos titulares pelos suplentes, coincidentemente ou não, Rafael Correa agora possui o apoio da maioria também no Legislativo. Todos esses fatos comprovam que a institucionalidade no Equador está ficando cada vez mais fraca e a força dos movimentos sociais aumenta cada vez mais...mas em qual direção?

A tarefa dos movimentos de resistência nos dias atuais

O passado Para entender aonde vai o Equador é necessário saber de onde ele veio, e analisando seu passado vemos algo em comum com diversos países da América Latina: a ditadura militar. Foi durante pouco tempo (1972 até 1979) mas deixou marcas profundas, como uma nova Constituição. Com o fim da ditadura a liderança dos governos se alternava sem nenhum critério político. Das mãos do populismo para a democracia cristã e daí para os conservadores. A população não seguia uma liderança forte, as eleições eram ganhas por vantagens ínfimas e os partidos políticos se multiplicavam.

Avanço do neoliberalismo

Em 1998 o “sucre”, a moeda corrente histórica do Equador, foi trocada pelo dólar americano num processo conhecido por “dolarização”. Com essa jogada as camadas menos abastadas perderam suas economias e o poder de compra enquanto os ricos, que na época já utilizavam o dólar nas negociações, ficaram mais ricos.
O país foi sofrendo com a flexibilização dos direitos trabalhistas, com o desrespeito à população indígena e a exploração crescente das riquezas naturais por multinacionais, quando em 2000 uma famigerada “Assembléia Nacional” toma o poder por um golpe de Estado apoiado pela FFAA e inicia um processo crescente de endividamento através de empréstimos do Banco Mundial.

Com a promessa de diminuir a desigualdade social no Equador Lucio Gutiérrez é eleito logo depois, em 2003...tudo demagogia! Guitérrez se aproveita das brechas antidemocráticas que constavam na Constituição (com redação de 1979) para instalar uma espécie de AI-5 equatoriano: toque de recolher, invasões de domicílio e muitas prisões políticas. De tudo sobrou uma lição: só a luta muda a vida.

Mobilização

Apesar de todos os ataques a população não sofreu silenciosamente. De 1996 adiante o povo já conseguiu derrubar 3 presidentes, mas infelizmente não foram capazes de substituí-los por um governo realmente comprometido com os trabalhadores.

A bandeira que surgiu mais forte, depois de sucessivos governos autoritários, é a da Assembléia Constituinte; afinal, as liberdades democráticas estavam em cheque. Eis que então Rafael Correa levantou como primeira medida de mandato a convocação de um plebiscito para aprovar a Assembléia Constituinte, e assim se consagrou presidente.

Assembléia Constituinte

Muitos não sabem o que significa Assembléia Constituinte, mesmo apesar de ter ocorrido uma aqui mesmo no Brasil. A Constituição de 1988 é fruto do trabalho da Assembléia Constituinte, na época liderada por Ulisses Guimarães. Mas o que outrostambém não sabem é que esta é uma bandeira histórica do movimento de esquerda.

Os bolcheviques levantaram a palavra de ordem de “Assembléia Constituinte” antes de chamarem “Todo poder aos Soviets” na Rússia de 1917. Trotsky recomendou à base do Partido Comunista chinês e à Oposição de Esquerda a gritarem a palavra de “Assembléia Nacional Constituinte” em 1930 na China . Mas todas essas palavras de ordem foram chamadas porque os socialistas disputavam ideologicamente os trabalhadores através de seus partidos. No Equador ocorre o mesmo?

Os partidos no Equador

No Equador os partidos foram tradicionalmente criados por empresários locais. O maior partido do país, o PRIAN (Partido Renovador Institucional Ação Nacional), pertence ao empresário de bananas Alvaro Noboa, o PSC (Partido Social Cristão) ao empresário Leon Febres e o PRE (Partido Roldosista Ecuatoriano) ao caudilho Abdala Bucaram, um Fernando Collor tipo exportação.

A chamada “esquerda” está na mão de partidos reformistas (como o PS-FA), stalinistas (como o PCML) e maoístas (como o MPD) com projetos nacionalistas burgueses e frente populistas que não representam alternativa à classe trabalhadora.

Quem representará a voz do povo no plebiscito da Assembléia Constituinte?

A alternativa

Rafael Correa não representa uma alternativa para o Equador, e podemos comprovar isso inclusive por declarações dele próprio: “Aqui ninguém é estatista nem queremos ser comunistas, como diz a oposição”. e “Sou um humanista cristão de esquerda”.

Será que conseguiremos melhorar a situação do mundo sem combater as privatizações? Será que o mundo será melhor apenas com a solidariedade cristã enquanto a propriedade privada permanecer? Mais um humanista fará a diferença?

A ausência de um partido ou organização que represente os verdadeiros anseios dos oprimidos no Equador é a chave de todo o problema. Estamos prestes a presenciar a composição de uma Assembléia Constituinte na qual provavelmente nenhum deputado discutirá o problema dos hidrocarbonetos, dos indígenas, da reforma agrária, da dolarização ou da flexibilização dos direitos trabalhistas. As mobilizações já deram demonstração de força suficiente, o que resta é canalizar todo esse potencial para uma organização política do movimento onde se discuta os problemas mais urgentes como salário e terra, e então lutar para que o fruto dessas discussões populares conste na nova Constituição.

LENIN, Vladimir. Teses de Abril. URSS: Marxists Internet Archive. 1917.
TROTSKY, Leon. A palavra de ordem de Assembléia Nacional na China. México: The Militant. 1930.

*André Philot é estudante de filosofia da UERJ e bolsista de extensão pesquisador no grupo de processos políticos na América latina Contemporânea do PROEALC (philotbolche@yahoo.com.br)

Espaço Aberto II

USP: autonomia agredida

A análise jurídica dos decretos de José Serra leva à conclusão de que existem ali evidentes inconstitucionalidades

Por Dalmo de Abreu Dallari *

O novo governador do Estado de São Paulo, José Serra, iniciando o exercício de seu mandato no começo de 2007, editou um conjunto de decretos que parecem ter sido preparados de afogadilho e sem avaliação de suas conseqüências, tendo já acarretado algumas conseqüências negativas, estando neles a raiz da invasão da Reitoria da Universidade de São Paulo por estudantes daquela universidade. Seja qual for a opinião quanto à conveniência e oportunidade da invasão, o fato é que os decretos do governador estão diretamente ligados àquele acontecimento.

Talvez se diga que se os estudantes estivessem mais bem informados quanto ao exato conteúdo dos decretos e ao seu alcance poderiam manifestar desacordo, mas sem chegar àquela medida drástica, mas isso também revela a afoiteza e imprudência do governo na apresentação do fato consumado, sem maiores esclarecimentos. Na realidade, a análise jurídica dos referidos decretos leva à conclusão de que existem ali algumas evidentes inconstitucionalidades, havendo mesmo, em alguns pontos, uma tentativa de mascarar a realidade, por meio de uma espécie de ilusionismo jurídico, que, no entanto, não resiste a um exame mais atento, mesmo que baseado apenas no bom senso e na lógica.

Bastaria observar que no dia 1º de janeiro de 2007 o novo governador já emitiu extensos decretos, eliminando e criando Secretarias na organização administrativa superior do Estado, para tanto exercendo atribuições que não são do Executivo, mas da Assembléia Legislativa do Estado. É oportuno lembrar que o decreto é ato administrativo, que o Chefe do Executivo pode praticar para fixar regras de caráter regulamentar, mas que só têm validade e força jurídica se não contrariarem qualquer dispositivo da Constituição ou de alguma lei. E isso não foi observado.

Um desses decretos, o de número 51.460, de 1º de janeiro de 2007, pode ser considerado extremamente audacioso, pois expressa uma tentativa de alterar pontos substanciais da ordem pública pública, criando e extinguindo órgãos de grande relevância na organização administrativa fundamental do Estado, fingindo que só estão sendo mudados os nomes de alguns desses órgãos, sem nenhuma consideração pelos objetivos que inspiraram a criação desses órgãos e pelas características de suas organização, bem como pela especialização de seus quadros.

Aberração óbvia

A par desse absurdo, ocorrem ainda agressões a normas constitucionais expressas e já tradicionais no sistema constitucional brasileiro, como as que consagram a autonomia das Universidades públicas. A mais absurda dessas investidas contra a Constituição e o bom senso é a que consta do artigo 1º, inciso III, desse decreto, cuja redação é mais do que eloqüente na denúncia do absurdo:

"Artigo 1º. A denominação das Secretarias de Estado a seguir relacionadas fica alterada na seguinte conformidade:

III. de Secretaria de Turismo para Secretaria de Ensino Superior."
Essa pretensa mudança de nome é uma aberração mais do que óbvia, pois o nome identifica toda uma estrutura, criada para atingir objetivos determinados e organizada para atingir essa finalidade. É do mais elementar bom senso que tendo sido criada para fomentar o turismo aquela Secretaria foi organizada de modo a poder atuar na área do turismo, com órgãos adaptados às características dessa área e, obviamente, com um funcionalismo especializado nesse setor de atividades. Se o governador alegar que vai aproveitar a mesma organização e os mesmos funcionários estará afirmando um absurdo, pois ninguém será tão tolo a ponto de admitir que o mesmo dispositivo criado para atuar no turismo será competente e eficiente para desempenhar atividades de apoio e fomento à Educação Superior.

E se disser que haverá completa alteração da estrutura organizacional e substituição do funcionalismo por outro capacitado para agir na área da Educação Superior, criando-se os cargos indispensáveis para tanto, estará confessando a fraude, a extinção de uma Secretaria e a criação de outra sob o simulacro de mudança de nome. Isso, além de tudo, configura uma inconstitucionalidade em face da Constituição do Estado de São Paulo.

Na realidade, a Constituição paulista dispõe, no artigo 24, parágrafo 2º, que "compete exclusivamente ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:...2) criação e extinção de Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 47, XIX". Segundo este último dispositivo, enxertado na Constituição do Estado pela Emenda Constitucional nº 21, de 2006, o Governador

poderá dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Ora, para que a Secretaria de Educação Superior possa agir com a mínima eficiência no âmbito da Educação é indispensável a existência de órgãos e servidores adequados e capacitados para esse objetivo, o que, evidentemente, não foi feito quando se criou a Secretaria de Turismo. A prova disso é que por meio de outro decreto, o de número 51461, também de 1º de Janeiro de 2007, o Governador do Estado definiu a organização da Secretaria de Educação Superior, ali incluindo muitos órgãos que, por motivos óbvios, não existiam nem existem na Secretaria de Turismo.

Em sentido oposto à necessidade de criação de órgãos e de cargos para especialistas em educação, é evidente que muitos órgãos, ligados ao turismo, ficarão inúteis, por absoluta inadequação, com a simulação da simples mudança de objetivos, impondo-se a extinção de tais órgãos, pela exigência óbvia de eliminação de despesas inúteis. Acrescente-se que com a simulação de simples mudança de nome da Secretaria, tentando ocultar a extinção de uma e a criação de outra, o Governador ofendeu a Constituição do Estado de São Paulo. De fato, pelo artigo 19, inciso VI, da Constituição, compete à Assembléia Legislação, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre a criação e extinção de Secretarias do Estado. Ou seja, esses atos exigem a aprovação de uma lei pela Assembléia Legislativa, não podendo ser praticados por decreto.

Ataque à autonomia

Outro ponto fundamental, relacionado com os decretos pelo atual Governador do Estado, é a ofensa à autonomia das Universidades Públicas, que tem apoio na Constituição da República e já constitui uma tradição no sistema público de educação superior no Brasil. Para que isso fique evidente, é oportuno lembrar o que dispõe a Constituição brasileira de 1988 sobre a autonomia das Universidades:

"Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão."

Autonomia é expressão de origem grega, que indica o direito de agir independentemente, com suas próprias leis, tendo-se consagrado na linguagem política, jurídica e administrativa brasileira como sinônimo de auto-governo e autodeterminação.

A autonomia das universidades foi uma conquista que atravessou várias etapas, incluindo a luta pela libertação de limitações à busca de conhecimentos e à afirmação de novas verdades científicas impostas por motivos religiosos.
Em séculos mais recentes, a luta pela autonomia na busca e aquisição e transmissão de conhecimentos teve por meta a eliminação das limitações e dos condicionamentos impostos por motivos de conveniência política ou por intolerância e ignorância de governantes. Como parte da luta pela autonomia, colocou-se a exigência de apoio financeiro e de plena liberdade nas decisões sobre os objetivos e o modo de utilização dos recursos recebidos, para que prepondere sempre o interesse da humanidade, que deve ser o parâmetro superior da comunidade universitária.

Quanto ao sentido e à importância da autonomia, vem a propósito lembrar as observações feitas por dois notáveis juristas brasileiros que se detiveram no estudo do assunto e que com palavras claras e incisivas registraram suas conclusões. Um deles é Hely Lopes Meirelles, uma das mais importantes figuras do Direito Administrativo brasileiro, que, em estudo elaborado no ano de 1989, tendo em conta ameaças feitas à autonomia da Universidade Federal Fluminense, assim se expressou: "Na atual conjuntura, em face do artigo 207 da Constituição da República, "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e atrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". É a carta de alforria dessa instituições educacionais, que, ao longo do tempo, estiveram, muitas vezes, jungidas aos interesses eleitoreiros e imediatistas de quantos se arvoraram "tutores" da universidade."

Outro notável mestre do Direito Público brasileiro, Caio Tácito, que foi professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em estudo publicado na Revista de Direito Administrativo, também no ano de 1989, discorreu, com clareza didática, sobre o significado e o alcance da autonomia universitária. Eis as palavras do mestre: "A universidade deve nascer, viver e conviver sob o signo da autonomia, que é um conceito multilateral. Primordialmente, autonomia científico-pedagógica, porque é da essência da instituição universitária criar, pesquisar, ordenar e transmitir o conhecimento, como elemento fundamental para difundir a educação e

fomentar a cultura. Essa missão básica da universidade pressupõe, no entanto, a disponibilidade de meios flexíveis e satisfatórios à plenitude da concreção de seus fins. Daí a necessidade de estender-se o princípio da autonomia aos meios de operação, consistentes na autonomia patrimonial, autonomia orçamentária e financeira, autonomia administrativa e autonomia disciplinar.".

A Constituição do Estado de São Paulo reproduz a garantia de autonomia das universidades, coerente com o disposto na Constituição da República, adicionando alguns pontos que é oportuno conhecer. Dispõe a Constituição paulista, no artigo 154, que "a autonomia da universidade será exercida respeitando, nos termos do seu estatuto, a necessária democratização do ensino e a responsabilidade pública da instituição, observados os seguintes princípios: I. utilização dos recursos de forma a ampliar o atendimento da demanda social, tanto mediante cursos regulares quanto atividades de extensão; II. representação e participação de todos os segmentos da comunidade interna nos órgãos decisórios e na escolha dos dirigentes, na forma de seus estatutos."

Diretrizes e prioridades Um ponto muito evidente é que pelo próprio conceito de autonomia, como foi consagrado no sistema Constitucional brasileiro, assim como pelas disposições expressas das Constituições da República e do Estado de São Paulo, cabe à Universidade, exclusivamente e sem qualquer interferência externa, definir suas prioridades e suas diretrizes. Isso implica, também, a competência exclusiva da universidade para definir suas atividades de estudo e pesquisa, sem nenhuma interferência, a qualquer título, de órgãos da administração pública estadual. Por esse ponto fica evidenciada a inconstitucionalidade do decreto estadual nº 51.461, de 1º de janeiro de 2007, que pretendeu dar à Secretaria de Ensino Superior uma série de atribuições que são exclusivas da universidade, porque inseridas no âmbito de sua autonomia.

Com efeito, o artigo 2º do decreto diz que constitui o campo funcional da Secretaria de Ensino Superior "a proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior em todos os seus níveis". Como já foi demonstrado, a própria criação da Secretaria de Ensino Superior configura uma inconstitucionalidade, que é agravada pela tribuição àquela Secretaria de funções exclusivas da universidade e que esta tem o direito de exercer com autonomia.

Muitos outros pontos, que significam agressões à autonomia universitária, poderão ser apontados nos infelizes decretos editados pelo Governador do Estado no ano de 2007.

Uma referência final deve ser feita a agressões à autonomia financeira da Universidade.

Como já foi amplamente demonstrado, a autonomia compreende, necessariamente, a autonomia financeira, que, por sua vez, compreende o direito de receber recursos
financeiros do Estado e de lhes dar destinação, pelo modo e no momento que a Universidade, por seus órgãos internos próprios, julgar adequados. Constitui agressão à autonomia da Universidade a sonegação desses recursos que lhe são legalmente assegurados, sendo inadmissível que por conveniêcia política ou administrativa o governo do Estado retenha esses recursos, mediante o artifício que se onvencionou chamar "contingenciamento", tentando ocultar a realidade da sonegação.

A Universidade tem direito constitucional à autonomia e deve posicionar-se firmemente contra todos os artifícios tendentes a diminuição ou negação dessa autonomia.

Fonte: http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/usp-autonomia-agredida

*Dalmo de Abreu Dallari é jurista e professor da Faculdade de Direito da USP. (Envolverde)

Espaço Aberto III

Los narcos toman el control de los órganos de poder comunales
Guatemala se convierte en Colombia

Adolf Wagner*

A América Latina, neste ainda alvorecer de um novo século, encontra-se envolta em antigos dilemas.

De um lado, a pressão norte-americana para integrar a região sob os desígnios do "Consenso de Washington" e dos Tratados de Livre Comércio (TLC) continua, apesar de um aparente fracasso em torno das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Pesa favoravelmente às iniciativas estadudinenses os acertos bilaterais com alguns países latino-americanos. Nesta direção, um fato relevante foi a autorização do governo paraguaio para a instalação de um efetivo militar americano em seu território. Somando-se aqueles já sediados na Colômbia, isto reforça a estratégia do Estados Unidos para controlar economicamente e militarmente a região.

Contrastando com este cenário, persiste a crise de sustentação da governabilidade neoliberal. Esta vem se arrastando desde as quedas de Fujimori no Peru, de Peréz naVenezuela, Fernando de la Rua na Argentina e algum tempo depois, de Mesa na Bolívia e Gutierrez no Equador.

É neste contexto que surgem os governos de Lula, Kirchner, Chavez e mais recentemente Tabaré Vázquez., que, guardadas as diferenças, vão propor e defender outros caminhos para a integração latino-americana. Destes, porém, devemos destacar o peso do governo brasileiro e a crise que incide sobre ele, bem como a proposta do governo venezuelano de lançar a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), como dois fatos cujos desdobramentos podem imprimir grande impacto sobre os destinos da América Latina.

No centro de toda esta conjuntura, seguem ganhando impulso os movimentos sociais que desde 1994, com o surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), vêm construindo espaços de convergência e tomando iniciativas conjuntas objetivando criar as condições para viabilizar alternativas sociais, políticas e econômicas de caráter antineoliberais para a região.

Diante dos impasses e das questões enfrentadas pelos povos latino-americanos na atualidade, realiza-se hoje um esforço intelectual para conhecer as determinações de todo este processo. Multiplicam-se os seminários, conferências e estudos sobre este tema. É nesta direção – de uma América Latina que busca conhecer-se – que se faz fundamental o resgate da obra deste importante pensador, renegado pelas ciências sociais no Brasil, que foi Ruy Mauro Marini.

Ruy Mauro Marini: uma vida em militância e exílio Marini nasceu em Barbacena, estado de Minas Gerais, em 1932. Tendo cursado o ginasial e o científico no Colégio Estadual de Barbacena, muda-se para o Rio, em 1950, com a intenção de preparar seu ingresso na universidade. Passam-se três anos antes da sua matrícula na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Transferiuse, sem concluir o bacharelado, para a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), recentemente criada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Já no segundo ano do curso, começa a atuar como assistente do professor Alberto Guerreiro Ramos. Se formará em 1957 e em setembro de 1958 consegue uma bolsa para seguir os estudos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris – França. Ali, toma contato com um grupo que edita no Brasil a revista "Movimento Socialista", órgão da juventude do Partido Socialista.

Este grupo, com base principalmente no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, formará mais tarde a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), da qual juntamente com Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra – seus importantes parceiros intelectuais – será também um dirigente.

Retorna ao Brasil, por volta de 1960, então com 28 anos. Torna-se correspondente da Prensa Latina – agência cubana de notícias – e liga-se ao movimento estudantil, contribuindo para a edição do jornal "O Metropolitano", da União Metropolitana de Estudantes (UMES). Em 1962 integra-se como auxiliar de ensino na Universidade de Brasília, tornando-se assistente no ano seguinte.

Em 1964 o golpe atinge duramente a UnB. Marini, junto com outros doze rofessores é demitido. Em julho é preso no Rio de Janeiro e levado ao Centro de Inteligência a Marinha (CENIMAR) aonde é mantido encarcerado e submetido à sessões de tortura (Sader, 2001:100-101). Solto, graças a um habeas corpus, é preso de novo quase em seguida e levado de volta à Brasília. Em dezembro, finalmente consegue um novo habeas corpus e quase três meses depois segue para o México em seu primeiro exílio.

Em 1969 deixa o México em direção a Santiago, no Chile. Em 1970, com a eleição de Salvador Allende para a presidência da república, aceita o convite do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (CESO). Ali encontrará o ambiente intelectual próprio para aprofundar suas reflexões acerca da realidade latino-americana.

É deste período o texto mais conhecido de Marini, "Dialética de la dependência: la economia exportadora".

Até 1973, atuará politicamente próximo a uma importante organização da esquerda chilena – o Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Com o golpe militar no dia 11 de setembro daquele ano, ele e outros exilados brasileiros tomam o caminho do Panamá, permanecendo ali até fins de janeiro de 1974. Saiu de lá para o pelo Instituto Max Planck, em Starnberg, na Alemanha. Em setembro do mesmo ano ruma para o México, aonde lecionará na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da UNAM. Desde então, divide suas atividades entre o México e a Alemanha, o que seguirá até 1976 quando se radica definitivamente no primeiro. Em 1984, retorna para o Brasil pondo fim a um exílio de vinte anos, vindo a falecer em 1997, praticamente desconhecido em sua terra natal.

O olhar de Marini sobre a América Latina O pensamento de Marini inscreve-se na tradição teórica da "teoria da dependência". O nascimento desta, marca o esforço de uma reflexão acerca das mudanças na estrutura sócio-econômica da América Latina que se processam a partir dos anos 30 e que se acentuam no pós-guerra. Estas mudanças seriam o resultado da internacionalização dos mercados internos dos países latino-americanos, a partir do que se configuraria "um novo caráter da dependência". Esta seria engendrada por um padrão diferenciado de inversões do capital estrangeiro, correspondente às mudanças na divisão internacional do trabalho ocorridas na fase do capitalismo monopolista.

Para os "dependentistas" as relações dos países latino-americanos com os centros capitalistas inserem-se em uma estrutura definida e estabelecida a partir de uma divisão internacional do trabalho, na qual, como diz Marini, "as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência." (Marini, 2000:109). Esta abordagem, cunhada por André Gunder Frank como o "desenvolvimento do subdesenvolvimento", diferenciava os teóricos da dependência das teses do nacional-desenvolvimentismo, muito em voga até início dos anos 60.

Marini produzirá uma reflexão rigorosa e relativamente original sobre o desenvolvimento histórico da América Latina. Partindo da leitura de textos de Marx, Rosa Luxemburg, Lênin entre outros autores marxistas, para ele será "o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo de sua geração e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado." (Marini, 2000:106). É a partir do estudo do capitalismo periférico que, no entender de Marini, será possível a compreensão da dinâmica mais geral do processo de reprodução ampliada do capital.

Sinteticamente - e dentro dos limites deste pequeno texto – para ele, é a superexploração dos trabalhadores latino-americanos, a impossibilidade de se criar um mercado de consumo de massas, a transferência de quantidades cada vez maiores de valor para os países centrais, além da incapacidade estrutural da burguesia local em desenvolver um projeto de desenvolvimento auto-sustentado, que constituem as principais características do processo de acumulação de capital na América Latina.

Para Marini, o papel do cientista social comprometido com a visão de mundo das classes trabalhadoras é o de abrir "perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo ependente" (Marini, 2000:151). Ao falar para os mais jovens ele diz que é preciso "interpretar este mundo nuevo, y más que eso, transformarlo, apuntando a una economia centrada em las necessidades de nuestros pueblos, a una democracia plena y participativa, a la superación de los prejuicios y exclusiones basados em factores étnicos y culturales, a la construcción de uma América Latina integrada y solidária." (Marini, 1993:10).

* Adolf Wagner é sociólogo, pesquisador associado do PROEALC e doutorando em Serviço Social.

Expediente

Reitor
Profº Nival Nunes de Almeida
Vice-reitor
Profº Ronaldo Martins Lauria
Sub-reitor de Graduação
Profª Raquel Marques Villardi
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Albanita Viana de Oliveira
Sub-reitor de Extensão e Cultura
Profª Maria Georgina Muniz Washington
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profª Rosângela Martins Alcântara Zagaglia
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial
Isabella Atayde Henrique (PROEALC/UERJ)
Coordenação de Produção
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Isabella Atayde Henrique (PROEALC/UERJ)
Colaboradores
Isabella Atayde Henrique (PROEALC/UERJ)
Adolfo Wagner (PROEALC/UERJ)
André Philot (PROEALC/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Isabella Atayde Henrique (PROEALC/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidades dos autores